

# ARQUIVO 3

# O Crédito Rural no Brasil e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Fátima Marília Andrade de Carvalho<sup>1</sup> e Pedro Carmo Manuel Pereira<sup>2</sup>

## Resumo

Este estudo faz uma análise da distribuição do crédito rural no Brasil da década de 70 ao final dos anos 90 considerando diferentes aspectos: modalidades - custeio, investimento e comercialização; atividades - agrícola e pecuária e regiões brasileiras - Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Posteriormente, faz-se uma análise específica do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desde sua criação, em 1996, até 1999, destacando-se também, a aplicação dos recursos por modalidades, atividades e regiões brasileiras.

Os resultados mostram, tanto para o Crédito Rural, quanto para o PRONAF, a concentração de recursos em operações de custeio, na atividade agrícola e nas regiões mais importantes política e economicamente, Sul e Sudeste.

**Palavras-chave:** Política Agrícola, Crédito Rural, Pronaf

## Abstract

The objective of this paper is to analyse Brazilian farm credit in the decades of 70, 80, and 90 with regards to credit for operational expenses, investment and marketing of agricultural products and livestock in 5 regions. In addition this research analyses the Family Farm Enhancement Program (PRONAF)

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa (UFV).

e-mail: fmac@ufv.br

<sup>2</sup> Mestrando em Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa (UFV).

from 1996, when the program was created, until 1999. The results suggest that the application of farm credit for commercial and family farms was concentrated in agricultural products, in operational expenses and in the Brazilian regions of greatest political and economic importance - the south and southeast.

**Keywords:** Agricultural Policy, Farm Credit, Pronaf

## 1. Introdução

O desenvolvimento da economia brasileira como um todo, desde o descobrimento até o período de 1940 a 1950, não obedeceu a uma política deliberadamente planejada, e o setor agrícola não foi objeto de uma política específica. Só posteriormente, nos anos 60, a questão do financiamento da produção agrícola aparece como ponto fundamental no conjunto de ações do Estado para direcionar o desenvolvimento da agricultura. Conforme DELGADO, 1985, nas décadas de 60 e 70, as forças que estão representadas no Estado direcionaram o ritmo de transformação da agricultura, com vistas ao rápido crescimento da produção e à manutenção da estrutura vigente. Era um projeto modernizante de mudança na base técnica, viabilizado, fundamentalmente, pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Esse processo se intensificou na década de 70, configurando-se a modernização da agricultura, processo de introdução de novas técnicas por meio da intervenção direta de políticas governamentais. Na década de 80, de acordo com CARVALHO e TEIXEIRA (1998), o cumprimento dos compromissos assumidos com o desenvolvimento da agricultura foi dificultado, em razão da acumulação de problemas econômicos e políticos e de os recursos disponíveis, por meio do Crédito Rural, tornarem-se cada vez mais escassos. Na década de 90, com a política neoliberal do governo, as linhas de crédito tradicionalmente utilizadas, que, na década de 70, haviam atingido o seu auge, tendem a tornar-se ainda mais restritivas, dado o acirramento da crise fiscal e financeira do Estado. O debate volta-se, então, para a necessidade de geração de novas alternativas de apoio à agricultura brasileira, sem a dependência total do Estado, surgindo, a partir daí, novos instrumentos de apoio à agricultura, como Contratos de Opção de Venda, Cédula do Produto Rural, Plano de Recuperação de Cooperativas, Proger-Rural, entre outros.

# O Crédito Rural no Brasil e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Fátima Marília Andrade de Carvalho<sup>1</sup> e Pedro Carmo Manuel Pereira<sup>2</sup>

## Resumo

Este estudo faz uma análise da distribuição do crédito rural no Brasil da década de 70 ao final dos anos 90 considerando diferentes aspectos: modalidades - custeio, investimento e comercialização; atividades - agrícola e pecuária e regiões brasileiras - Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Posteriormente, faz-se uma análise específica do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desde sua criação, em 1996, até 1999, destacando-se também, a aplicação dos recursos por modalidades, atividades e regiões brasileiras.

Os resultados mostram, tanto para o Crédito Rural, quanto para o PRONAF, a concentração de recursos em operações de custeio, na atividade agrícola e nas regiões mais importantes política e economicamente, Sul e Sudeste.

**Palavras-chave:** Política Agrícola, Crédito Rural, Pronaf

## Abstract

The objective of this paper is to analyse Brazilian farm credit in the decades of 70, 80, and 90 with regards to credit for operational expenses, investment and marketing of agricultural products and livestock in 5 regions. In addition this research analyses the Family Farm Enhancement Program (PRONAF)

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa (UFV).

e-mail: fmac@ufv.br

<sup>2</sup> Mestrando em Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa (UFV).

from 1996, when the program was created, until 1999. The results suggest that the application of farm credit for commercial and family farms was concentrated in agricultural products, in operational expenses and in the Brazilian regions of greatest political and economic importance - the south and southeast.

**Keywords:** Agricultural Policy, Farm Credit, Pronaf

## 1. Introdução

O desenvolvimento da economia brasileira como um todo, desde o descobrimento até o período de 1940 a 1950, não obedeceu a uma política deliberadamente planejada, e o setor agrícola não foi objeto de uma política específica. Só posteriormente, nos anos 60, a questão do financiamento da produção agrícola aparece como ponto fundamental no conjunto de ações do Estado para direcionar o desenvolvimento da agricultura. Conforme DELGADO, 1985, nas décadas de 60 e 70, as forças que estão representadas no Estado direcionaram o ritmo de transformação da agricultura, com vistas ao rápido crescimento da produção e à manutenção da estrutura vigente. Era um projeto modernizante de mudança na base técnica, viabilizado, fundamentalmente, pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Esse processo se intensificou na década de 70, configurando-se a modernização da agricultura, processo de introdução de novas técnicas por meio da intervenção direta de políticas governamentais. Na década de 80, de acordo com CARVALHO e TEIXEIRA (1998), o cumprimento dos compromissos assumidos com o desenvolvimento da agricultura foi dificultado, em razão da acumulação de problemas econômicos e políticos e de os recursos disponíveis, por meio do Crédito Rural, tornarem-se cada vez mais escassos. Na década de 90, com a política neoliberal do governo, as linhas de crédito tradicionalmente utilizadas, que, na década de 70, haviam atingido o seu auge, tendem a tornar-se ainda mais restritivas, dado o acirramento da crise fiscal e financeira do Estado. O debate volta-se, então, para a necessidade de geração de novas alternativas de apoio à agricultura brasileira, sem a dependência total do Estado, surgindo, a partir daí, novos instrumentos de apoio à agricultura, como Contratos de Opção de Venda, Cédula do Produto Rural, Plano de Recuperação de Cooperativas, Proger-Rural, entre outros.

## 2. O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Com o intuito de apoiar especificamente a agricultura familiar, o governo, mediante Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, criou o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que visa gerar emprego e renda por meio do oferecimento de crédito, com juros favorecidos à agricultura familiar, às cooperativas e às associações, desde que formadas apenas por pequenos produtores (ALVES, 2000). O PRONAF originou-se de uma transformação do PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sendo os recursos advindos das fontes do Tesouro Nacional e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além de recursos de contrapartida dos estados, dos municípios e das organizações privadas dos agricultores familiares (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 1999).

No Brasil, a importância do fortalecimento da agricultura familiar está estreitamente ligada às suas características, quais sejam, 4,5 milhões de propriedades familiares que ocupam 21% da área cultivada no país e empregam 80% da mão-de-obra agrícola. Em 1999, a agricultura familiar gerou 400.000 empregos em todo Brasil, além de ter produzido mais de 50% dos alimentos básicos.

Por outro lado, o interesse do governo em fortalecer a agricultura familiar está ligado ao fato de a pequena propriedade ter sido, há décadas, relegada a segundo plano, tendo sobrevivido em meio à desfavorável competição de condições e recursos, uma vez que o aumento da produtividade tem sido associado, quase que exclusivamente, à incorporação de tecnologias modernizantes. Nesse sentido, a proposta de um programa de fortalecimento da agricultura familiar voltada para as demandas dos trabalhadores - sustentada por um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações - representa considerável avanço em relação às políticas anteriores. Tal iniciativa é intencional e explícita no próprio texto do PRONAF, quando se define, claramente, o desafio de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado.

## 3. Objetivos

O objetivo deste trabalho é analisar, comparativamente, a distribuição do crédito rural no Brasil, da década de 70 ao final dos anos 90, a partir dos montantes aplicados, considerando os diferentes aspectos da sua distribuição, quais sejam,

por modalidades - custeio, investimento e comercialização; por atividade - agrícola e pecuária; e por regiões - Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Posteriormente, faz-se uma análise específica do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desde sua criação, em 1996, até 1999, destacando-se, também, a distribuição dos recursos financeiros por modalidade, atividade e regiões brasileiras.

#### 4. Metodologia

As análises comparativas e evolutivas foram feitas a partir da construção de tabelas e gráficos, que permitem uma avaliação do comportamento das variáveis ao longo do tempo.

Na avaliação da tendência de crescimento anual do crédito rural por modalidades, atividades e regiões, utilizou-se a taxa geométrica anual de crescimento, obtida da estimação de uma função exponencial:

$$Y = \alpha (1+\beta)^T,$$

em que

Y = variável para a qual se deseja calcular a taxa geométrica de crescimento;  
 $\alpha$  = termo constante;  $\beta$  = taxa geométrica de crescimento; e T = variável tempo.

Linearizando, tem-se:

$$\log Y = \log \alpha + T \log (1+\beta);$$

e considerando

$$\log Y = P, \log \alpha = a, \log (1+\beta) = b,$$

obtem-se:

$$P = a + bT.$$

Por meio do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), são obtidos os parâmetros a e b.

A taxa geométrica de crescimento (TGC) da variável Y, em percentagem de crescimento por período T, é obtida por:

$$TGC = (\text{anti-log } b - 1) \times 100.$$

Os dados foram obtidos dos anuários estatísticos do crédito rural do Banco Central do Brasil, constituindo séries temporais, e deflacionados pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se o ano de 1997 como base.

### 5. Resultados e Discussão

#### 5.1. Evolução dos financiamentos da agricultura brasileira

A evolução dos financiamentos concedidos à agricultura brasileira pelo Sistema Nacional Crédito Rural, da década de 70 ao final dos anos 90, mostra situações bastante diferenciadas que acompanham as diversas fases do desenvolvimento econômico brasileiro e, em especial, das medidas de política agrícola de incentivos e desincentivos, colocadas em prática (Tabela 1). O crescimento dos valores reais, na década de 70, foi bastante significativo, como pode ser constatado pelas altas taxas de crescimento, o que vem comprovar que a década de 70 marcou o auge dos financiamentos rurais.

TABELA 1

Valor financiado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, em R\$ 1000 de 1970, período de 1970 a 1997

Ano	Valor Total	Variação Anual (%)	Ano	Valor Total	Variação Anual (%)
1970	12.390.495	-	1984	7.967.330	-38,92
1971	14.435.925	16,51	1985	11.361.290	42,6
1972	18.154.265	25,76	1986	16.937.792	49,08
1973	25.489.476	40,4	1987	13.345.170	-21,21
1974	30.159.846	18,32	1988	9.424.586	-29,38
1975	43.495.301	44,22	1989	8.600.124	-8,75
1976	43.021.907	-1,09	1990	6.678.659	-22,34
1977	39.447.048	-8,31	1991	5.882.455	-11,92
1978	39.508.916	0,16	1992	6.566.738	11,63
1979	45.712.718	15,7	1993	5.837.521	-11,1
1980	38.956.066	-14,78	1994	8.983.301	53,89
1981	17.844.621	-54,19	1995	7.409.757	-17,52
1982	17.280.146	-3,16	1996	6.555.091	-11,53
1983	13.044.241	-24,51	1997	9.839.520	50,11

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, do BACEN.

No início dos anos 80, observa-se queda dos financiamentos rurais, dadas as mudanças ocorridas quando da introdução de parte da correção monetária e, posteriormente, da correção monetária total, além do estabelecimento de novos encargos financeiros. Na década de 80, os anos de 1985 e 1986 destacam-se, por apresentarem positivas e altas variações anuais. Em 1985, os valores financiados voltaram a crescer, expansão que continuou em 1986, dada a superação do pacto inicial dos juros altos e, nesse último ano, por um reflexo da desindexação financeira do Plano Cruzado. Na década de 90, continua a ser registrada queda nos valores dos financiamentos, e as taxas de crescimento continuam a ser negativas. Nesta década, a questão dos financiamentos rurais já começa a ser vista sob nova perspectiva, ou seja, a do assentamento da política em bases que incluem outros instrumentos mais adequados à nova realidade econômica e financeira do País, diante do esgotamento dos mecanismos de intervenção tradicionais. A tendência é a redução do papel intervencionista do Estado, bem como a busca de parceria com o setor privado, em novas formas de apoio à agricultura.

Na década de 90, os anos de 1994 e 1997 destacam-se em relação aos demais, por apresentarem altas variações anuais, o que está relacionado com a implementação do Plano Real, em 1994, e com a securitização das dívidas rurais, em 1997.

**GASQUES e CONCEIÇÃO (2000)** afirmaram que, na década de 90, ocorreram mudanças profundas na forma de atuação do governo no crédito rural, o que partiu da constatação de que o modelo tradicional estava esgotado e apresentava vários problemas, entre os quais a excessiva participação do Estado e a "cultura" dos subsídios. A realidade imposta pela necessidade de controle dos gastos públicos, em decorrência da política fiscal, e o esforço de modernização do Estado foram determinantes para que se fizessem alterações substanciais no padrão de atuação governamental.

A principal mudança no crédito foi relacionada com as fontes de recursos, dado o esgotamento dos mecanismos tradicionais que se apoiavam, pesadamente, nos recursos do tesouro. Esse processo implicou alterações profundas na forma de atuação do governo, representando tanto um redirecionamento dos recursos como uma mudança na sua forma de intervenção, ganhando importância as fontes alternativas de financiamento, com linhas específicas e participação de outras instituições.

### 5.1.1. O crédito para custeio, investimento e comercialização

Uma análise mais detalhada da evolução dos financiamentos concedidos à agricultura brasileira pelo SNCR, da década de 70 ao final dos anos 90, de acordo com as modalidades custeio, investimento e comercialização, pode ser feita a partir dos dados da Tabela 2.

Nos anos seguintes a sua institucionalização (1965), o crescimento dos valores financiados e do número de contratos de custeio, investimento e comercialização foi bastante significativo, especialmente na década de 70, como pode ser constatado pelas altas taxas de crescimento anuais nas três modalidades. Para CARVALHO (2000), a mudança na política econômica brasileira pós-64 e o projeto modernizante do governo foram decisivos nesse processo, tendo sido também importantes os vários programas e fundos criados para servir de motor ao desenvolvimento agrícola nacional e regional e os estímulos à ocupação das fronteiras agrícolas.

No entanto, em razão da crescente inflação, reflexo da crise do petróleo de 1973 e da possível influência da agricultura nas dificuldades econômicas do País, o crédito subsidiado passa a sofrer restrições. A partir de 1980, os volumes de recursos disponíveis mediante crédito rural foram ficando mais restritivos, o que resultou na queda acentuada dos financiamentos para todas as modalidades, até o ano de 1990. Isto ocorreu devido às mudanças do início dos anos 80, quando foi introduzida parte da correção monetária e, posteriormente, da correção monetária plena, além do estabelecimento de novos encargos financeiros.

No ano de 1990, a queda acentuada tanto do número de contratos quanto do valor dos financiamentos relaciona-se com o impacto da restrição orçamentária do início do governo Collor.

Em 1997, o número de contratos e os valores financiados voltam a apresentar variação anual positiva para as modalidades de custeio e investimentos, enquanto a comercialização continua a registrar queda. As mudanças nas variações anuais, nas modalidades de custeio e investimento, foram, no entanto, uma reação localizada, uma vez que a securitização das dívidas provocou certa volta à normalidade dos financiamentos rurais. O aumento dos valores aplicados em investimento pode ser explicado por fatores como a implementação do PRONAF, em 1996, e a aplicação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), via FINAME (Agência Especial de Financiamento Agrícola), nos

Planos de Safra de 1995/97 a 1998/99, para aquisição de tratores, colhedoras, implementos agrícolas, manutenção/recuperação de máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, o que constituiu aumento de investimento.

**TABELA 2**  
Número de contratos e valor financiado, em R\$ 1.000 de 1997 e variação percentual, período de 1970 a 1997

Ano	Custeio			Investimento			Comercialização		
	Nº de Contratos	Valor Financiado	%	Nº de Contratos	Valor Financiado	%	Nº de Contratos	Valor Financiado	%
1970	649.173	5.525.820	-	281.323	3.363.305	-	260.096	3.501.370	-
1980	1.876.484	22.042.490	298,89	503.388	7.307.573	216,27	386.189	9.606.003	174,35
1990	668.373	4.999.535	-77,32	135.636	731.951	-89,98	11.475	947.173	-90,14
1997	724.332	6.944.515	38,9	278.518	2.005.591	174,01	7.323	889.414	-6,11

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, do BACEN.

De forma geral, apesar de melhorias em anos específicos, o programa de crédito rural só pôde ser considerado uma medida de apoio efetivo e sistemático do governo à agricultura durante a década de 70 e em anos isolados das décadas de 80 e de 90. A partir daí, o SNCR, nos moldes até então implementados, tendo o Estado como eixo central, entrou em decadência, deixando o setor agrícola vulnerável às crises financeiras do País.

A partir das taxas geométricas anuais estimadas (Tabela 3), pode-se verificar que o crédito rural total e o crédito rural, segundo as modalidades, apresentaram taxas anuais médias negativas no período total de 1970/97. Isto se deve às altas variações anuais tanto negativas como positivas na história dos financiamentos rurais desde os anos 70, não havendo tendência definida para um período muito longo. No entanto, a análise da taxa geométrica anual, por subperíodos, dá indicações evolutivas mais precisas.

**TABELA 3**  
Taxa geométrica anual de crescimento do crédito rural total e por modalidades, em %, período de 1970 a 1997

Modalidade	Período		
	1970/97	1970/80	1980/90
Custeio	-4,44*	17,12*	-9,10*
Investimento	-7,91*	6,55*	-11,94**
Comercialização	-8,73*	12,30*	-16,63*
Total	-5,98*	13,47*	-10,95*

Significativo a \* 1%; \*\* 5%; \*\*\* 10%; + 15%; ns - não-significativo.  
Nota: Cálculos dos autores.

No subperíodo 1970/80, verificam-se taxas anuais positivas para todas as modalidades, destacando-se o crédito rural para custeio, que apresentou a maior taxa anual de crescimento, de 17,12%, enquanto a correspondente a investimento foi de 6,55%, e a de comercialização, de 12,30%. Esse subperíodo contrasta com o posterior, 1980/90, no qual as taxas anuais, para todas as modalidades, foram negativas, evidenciando o que a literatura específica consagrou como a década perdida, quando se agravou a crise na economia brasileira e suas relações com a economia internacional, refletindo na diminuição dos empréstimos rurais.

No subperíodo 1990/97, o que mais se destaca é o crédito para investimento, cuja taxa anual foi de 16,93%, sendo as demais taxas de crescimento, custeio e comercialização estatisticamente não-significativas. Na década de 90, embora a oferta global de crédito tenha sido de queda, a implementação do PRONAF e os recursos provenientes do BNDES para o FINAME Agrícola fizeram com que a modalidade investimento apresentasse, nesse período, taxa anual de crescimento alta e positiva em relação às demais.

### 5.1.2. O crédito rural segundo as regiões brasileiras

As regiões do Brasil têm características peculiares que as tornam relativamente distintas. Entre as cinco regiões, a mais desenvolvida economicamente é a Sudeste, e a menos expressiva, a Norte, em termos de PIB per capita. Os dados da distribuição regional do crédito rural revelam que, ao longo dos anos, os maiores valores financiados foram destinados às regiões Sudeste e Sul.

A Tabela 4 mostra os valores financiados e a variação percentual nos anos de 1970, 1980, 1990 e 1997. Observa-se que a região Norte sempre recebeu valores menores de crédito rural, quando comparada com as demais do país. A análise dos dados comparativos regionais mostra, claramente, que, em todos os anos, os percentuais de participação desta região foram extremamente baixos. Os maiores valores recebidos foram nos anos de 1980 e 1997 (3,04% e 2,12%), nos quais observaram-se tentativas, por parte do governo, de aumentar a distribuição de crédito, ampliando sua utilização nas diversas regiões.

**TABELA 4**  
**Distribuição dos valores financiados, em R\$ 1000 de 1997, por região, e participação percentual, período de 1970 a 1997**

Região	1970		1980		1990		1997	
	Valor Financiado	%	Valor Financiado	%	Valor Financiado	%	Valor Financiado	%
Norte	125.147	1,01	1.182.598	3,04	90.694	1,36	208.134	2,12
Nordeste	1.334.862	10,77	6.476.948	16,63	607.877	9,10	975.202	9,91
Sudeste	6.188.460	49,95	13.272.602	34,07	2.099.563	31,44	3.036.019	30,86
Sul	3.940.824	31,81	13.915.609	35,72	2.745.988	41,12	3.733.578	37,94
Centro-Oeste	801.202	6,46	4.108.308	10,55	1.134.537	16,99	1.886.581	19,17
Total	12.390.495	100,00	38.956.065	100,00	6.678.659	100,00	9.839.514	100,00

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, do BACEN.

Na região Nordeste, os financiamentos concedidos seguiram um processo semelhante às demais. De 1970 a 1980 e de 1990 a 1997, as variações percentuais foram positivas, enquanto de 1980 a 1990 foram negativas. Em relação à distribuição, esta região foi, nos anos de 1970 e 1980, a terceira melhor beneficiada, tendo uma participação de 10,77% e 16,63%, respectivamente. Nos anos posteriores, isto é, de 1990 e 1997, a região Nordeste perdeu o lugar para a região Centro-Oeste.

A região Centro-Oeste, até 1990, era a segunda menos beneficiada pelos financiamentos rurais, superando apenas a região Norte. Em 1970, a região Centro-Oeste recebeu apenas 6,47% do total de recursos concedidos, situação que começou a modificar-se a partir do ano de 1990. Do total de recursos concedidos em 1990 e 1997, a região Centro-Oeste recebeu 16,99% e 19,17%, enquanto nesses mesmos anos a região Nordeste recebeu 9,10% e 9,91%. Este crescimento relaciona-se com a ampliação da incorporação de terras ao processo produtivo

e com a implantação de uma agricultura de grande escala, incluindo o deslocamento da cultura da soja para essa região, o que possibilitou maior desenvolvimento do setor agrícola regional.

As regiões Sul e Sudeste, que representam o pólo econômico e político mais importante do país, concentraram, somente no ano de 1970, mais de 80% do total de recursos.

Em síntese, a região Centro-Sul, foi a mais beneficiada pela política de crédito rural, já que mais da metade desses valores foram historicamente destinados a esta região, o que confirma o caráter concentrador dos financiamentos concedidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Pelos dados da Tabela 5, quando se considera o período total (1970/97), constata-se que as taxas anuais médias de crescimento de todas as regiões foram negativas, ocorrência que se justifica pelo comportamento irregular da série histórica, o que dificulta a formação de uma tendência de comportamento.

**TABELA 5**  
**Taxa geométrica anual de crescimento do crédito rural, por região, em %, período de 1970 a 1997**

Região	Período			
	1970/97	1970/80	1980/90	1990/97
Norte	-4,49**	24,73*	-19,39*	26,89**
Nordeste	-8,50*	15,18*	-22,12*	17,74*
Sudeste	-8,83*	7,84*	-18,48*	7,24 <sup>ns</sup>
Sul	-5,30*	14,13*	-15,74*	1,33 <sup>ns</sup>
Centro-Oeste	-0,54 <sup>ns</sup>	30,46*	-7,49*	8,75*

Significativo a \* 1%; \*\* 5%; \*\*\* 10%; + 1,5%; ns não-significativo.

Nota: Cálculos dos autores.

Quando se analisam os subperíodos, verificam-se tendências mais definidas. Assim, no subperíodo 1970/80, todas as taxas são positivas, o que evidencia o período do auge do crédito rural. Neste subperíodo, a região Centro-Oeste apresentou a maior taxa anual média de crédito rural, 30,46%, e a região Sudeste, a menor taxa, 7,84%. É importante ressaltar que no período de 1970 a 1980, embora as regiões Centro-Oeste e Norte tenham recebido valores absolutos inferiores às demais regiões, em termos relativos, seus valores foram muito superiores.





TABELA 8

Valores financiados por modalidade, em R\$ 1000 de 1997, e participação percentual no valor financiado total, período de 1996 a 1999

Ano	Valor do financiamento (R\$ 1000)		Valor do financiamento (%)	
	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento
1996	681.744	10.987	16,77	1,25
1997	933.701	394.288	22,97	45,01
1998	1.107.638	184.021	27,25	21,01
1999	1.341.003	286.688	33,00	32,73
Total	4.064.086	875.984	100,00	100,00

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural do BACEN.

Ao se analisar a aplicação de recursos do PRONAF, para as modalidades custeio e investimento, nas atividades agrícola e pecuária, observa-se que, tanto em número de contratos como em valores financiados, a atividade agrícola foi a que demandou a maior parte dos recursos disponibilizados, se comparada com a pecuária (Tabela 9).

O custeio agrícola concentrou 75,42% do total de recursos; o custeio pecuário, 6,85%; o investimento agrícola, 7,3%; e o investimento pecuário; 10,43%.

TABELA 9

Número de contratos, valores financiados em R\$ 1000, de 1997, e participação das atividades/finalidades no valor financiado total em %, período de 1996/1999

Modalidade/Atividade	Número de Contratos	Participação	Valores Financiados	Participação
Custeio Agrícola	1.855.810	83,86	3.725.645	75,42
Custeio Pecuário	100.024	4,52	338.440	6,85
Investimento Agrícola	65.651	2,97	360.805	7,30
Investimento Pecuário	191.490	8,65	515.178	10,43
Total de contratos	2.212.975	100,00	4.940.069	100,00

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, do BACEN.

### 5.2.3. O PRONAF segundo as regiões brasileiras

A Tabela 10 apresenta os montantes de recursos concedidos pelo PRONAF às regiões brasileiras, de 1996 a 1999, por contrato e por valor financiado. As variações percentuais, no período de 1996 a 1997, foram positivas em todas as regiões. No período de 1997 a 1998, com exceção das regiões Nordeste e Centro-Oeste, nas quais as variações foram positivas, as demais apresentaram variações negativas e, no último período, 1998 a 1999, todas voltaram a apresentar valores financiados crescentes.

Do total de financiamentos concedidos pelo PRONAF, durante o período de 1996/1999, a região mais beneficiada foi a região Sul, que absorveu 62,09% do total, seguida pela região Sudeste, cuja participação foi de 18,13% no total dos financiamentos. A região Norte foi a que recebeu a menor parcela, apropriando-se apenas de 2,30% (Tabela 11).

De forma semelhante à análise do crédito rural, os financiamentos rurais concedidos pelo PRONAF seguiram o caráter concentrador, em relação à distribuição regional. A maior parte dos recursos concedidos concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste, cuja participação soma 80,22% do total distribuído.

TABELA 10

Valor financiado em R\$ 1000 de 1997, e variação percentual dos recursos concedidos pelo PRONAF por região, período de 1996 a 1999

Ano	REGIÃO								
	Norte		Nordeste		Sudeste		Centro-Oeste		
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	
1996	5.415	-	36.439	-	71.908	-	458.944	-	12.302
1997	27.273	218,58	154.584	1181,45	290.881	2189,73	821.016	3620,72	34.235
1998	26.862	-4,11	199.388	448,04	224.365	-665,16	801.494	-195,22	39.551
1999	51.736	248,74	283.573	841,85	289.111	647,46	918.756	1172,62	84.514

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, do BACEN.

**TABELA II**  
**Número de contratos, valor financiado em R\$ 1000, de 1997, e participação percentual em relação ao total por região, no período de 1996 a 1999**

Região	Número de Contratos	%	Valor Financiado	%
Norte	38.521	1,74	111.286	2,30
Nordeste	441.146	19,93	673.984	13,95
Sudeste	233.428	10,55	876.264	18,13
Sul	1.457.653	65,87	3.000.210	62,09
Centro-Oeste	42.225	1,91	170.603	3,53
<b>Total</b>	<b>2.212.973</b>	<b>100</b>	<b>4.832.347</b>	<b>100</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, do BACEN.

## 5. Conclusões

Os financiamentos concedidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, os quais se apoiavam pesadamente no Estado, apesar de terem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento da agricultura brasileira, caracterizaram-se pelo caráter concentrador, tanto em termos de tipo de produtor quanto em modalidade de crédito e distribuição regional. A partir de 1996, o governo criou uma nova alternativa de apoio à produção agrícola, o PRONAF, destinado a financiar atividades exploradas diretamente pelo pequeno produtor rural e por sua família.

A análise da distribuição do Pronaf, quanto à modalidade, mostra que os recursos têm se concentrado no custeio das atividades agrícolas, em coerência com o tipo de beneficiário e com seu objetivo de produção.

## 6. Referências bibliográficas

- CARVALHO, F.M.A. Crédito rural no Brasil: evolução, resultados e perspectivas. In: SANTOS, M.L., VIEIRA, W.C. **Agricultura na virada do milênio: velhos e novos desafios**. Viçosa: UFV, 2000. 458 p.
- CARVALHO, F.M.A., TEIXEIRA, E.C. **Políticas agrícolas**. Brasília: ABEAS, 1998. p. 23-34.

3. DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp/ Ícone, 1985. 240 p.

4. GASQUES, J.G., CONCEIÇÃO, J.C.P.R. Financiamento da agricultura: situação dos atuais mecanismos e novas fontes. In: LIRIO, V.S., GOMES, M.F.M. **Investimento privado, público e mercado de commodities**. Viçosa: UFV, 2000. 316 p.

5. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE, Rio de Janeiro, 1980.

6. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília, 2000. ([www.desenvolvimentoagrario.com.br](http://www.desenvolvimentoagrario.com.br)).